

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 17 de maio de 2013.

Edição nº 1182

Nesta edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Editais.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Atos Normativos2

Boletins de Pessoal3

Súmulas de contratos.....3

Avisos de licitações.....4

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....4

Súmulas de convênios.....6

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Edital.....7



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 17 de maio de 2013.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1182

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

EDITAL N.º 192/2013 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre indeferiu a instauração de Inquérito Civil, acerca de possíveis irregularidades em projeto feito em parceria da METROPLAN e COREDE, o qual destinaria verbas à qualificação de profissionais para trabalhar no Polo Naval de Rio Grande. Restou representado o Presidente da Cooperativa dos Trabalhadores na Área Metalúrgica, Elétrica e Construções Ltda. - COOTAMEC. A respeito foi instaurado o expediente RD. nº 00829.00328/2013.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 15 de maio de 2013.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete,

Secretária-Geral.

EDITAL N.º 193/2013 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2º do art. 11 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Capão da Canoa indeferiu a instauração de Inquérito Civil, referente a eventual incômodo e risco à saúde pública pela criação de cachorros nas proximidades da esquina da Rua Juriti com a Rua Araponga, no Município de Xangri-lá. A respeito foi instaurado o expediente PA. nº 00949.00002/2012.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 15 de maio de 2013.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete,

Secretária-Geral.

EDITAL N.º 194/2013 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o Sr. Manoel da Silva, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre promoveu o arquivamento do IC n.º 00829.00174/2007, instaurado com o objetivo de investigar possíveis irregularidades ocorridas na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana, NEP, CONDAP e outros..

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 15 de maio de 2013.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete,

Secretária-Geral.

EDITAL N.º 195/2013 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial Cláudia (Cláudio Goulart), na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre promoveu o arquivamento do IC n.º 01128.00186/2008, instaurado com o objetivo de investigar o tratamento dispensado a transexuais no Hospital Nossa Senhora da Conceição no que se refere à internação em ala masculina.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 15 de maio de 2013.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete,

Secretária-Geral.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PORTARIA N.º 0770/2013

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE** publicar este extrato, para, nos seguintes termos:

1. Determinar, com fulcro no artigo 198, inciso II do artigo 200 e artigo 205, todos da Lei Complementar Estadual nº 10.098/94, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apurar conduta imputada a servidor dos Quadros de Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, cuja qualificação e fatos constam do expediente **SPU.PR.00718.00008/2013-7** que, em tese, malferiu os incisos III, V, VI e XIII do artigo 177 e a proibição disposta no inciso XXIV do artigo 178 c/c inciso VII do artigo 191, ficando sujeito às penas do artigo 187, todos da Lei Complementar Estadual nº 10.098/94.

2. Constituir Comissão Processante, composta pela Promotora de Justiça Assessora, **Dra. Liliane Dreyer da Silva PastORIZ**, ID 3343790, e pelos servidores **João Luiz Pinto Costa**, ID 3433226, Assessor Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, **Franciene Clós Schilling**, ID 3438627, Assessor Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, para sob a Presidência da primeira, conduzir o Processo Administrativo Disciplinar.

3. Designar a servidora **Karen Desirée Marques Ifran**, ID 3448991, Agente Administrativo, e **Ruiter Ubaiara Pozo Martinetto**, ID 3432157, Assessor Especial I, para atuar como Secretários da Comissão.

DÊ-SE CIÊNCIA.

CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre/RS, 24 de abril de 2013.

Registre-se e Publique-se.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

**BOLETIM N.º 235/2013**

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

RETIFICAR

- nos termos do artigo 109, inciso II, parágrafo único, da Constituição Estadual, e tendo em vista o que consta no Processo n.º PR.00576.00593/2012-1, a Portaria n.º 2563/2012, publicada no DEMP de 01 de agosto de 2012, que aposentou, a pedido, o servidor efetivo CLOVIS JOSE FORMOLO, Secretário de Diligências, ID n.º 3425347, classe "N", regime jurídico estatutário, carga horária de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Procuradoria-Geral de Justiça, para constar que o servidor contava com 50% (cinquenta por cento) de acréscimo, referente a 10 (dez) Avanços Trienais, e não como constou (Port. 1152/2013).

EXONERAR

- a pedido, a contar de 03 de maio de 2013, o servidor ANDERSON DOS SANTOS MARQUES, ID n.º 3769437, do cargo em comissão de Assessor Especial I - CC-07, deste órgão (Port. 1245/2013).

ALTERAR

- a Portaria n.º 1048/2013, que prorrogou a autorização de afastamento do servidor DELVÉQUIO MOISÉS KRONBAUER, Secretário de Diligências, ID n.º 3444279, a fim de participar do Curso de Formação na Academia de Polícia Civil – ACADPOL, etapa final do concurso para o cargo de Delegado de Polícia do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos da Lei Estadual n. 12.262/05, e no artigo 64, inciso XII, da Lei n.º 10.098/94, sem ônus para o Ministério Público, mantida a contribuição para o Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do Artigo 8º da Lei n. 7.672/82, combinado com o disposto na Lei n. 12.065/04, para constar que a prorrogação é até 31 de maio de 2013 (PR.00576.00027/2013-8 - Port. 1246/2013).

- a Portaria n.º 1036/2013, que prorrogou a autorização de afastamento do servidor EDSON VINICIUS DA SILVA RAMALHO, Assessor – Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, ID n.º 2840944, a fim de participar do Curso de Formação na Academia de Polícia Civil – ACADPOL, etapa final do concurso para o cargo de Delegado de Polícia do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos da Lei Estadual n. 12.262/05, e no artigo 64, inciso XII, da Lei n.º 10.098/94, sem ônus para o Ministério Público, mantida a contribuição para o Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do Artigo 8º da Lei n. 7.672/82, combinado com o disposto na Lei n. 12.065/04, para constar que a prorrogação é até 31 de maio de 2013 (PR.01500.00009/2012-7 - Port. 1253/2013).

CONSIDERAR

- habilitado para tomar posse, a contar de 14/05/2013, no cargo de Assessor – Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Classe "R", ANGELO GUILHERME ORLANDI, tendo entrado em exercício em 15/05/2013.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de maio de 2013.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

SÚMULA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**PROCESSO N.º 1217-09.00/13-8****CONVITE N.º 05/13**

CONTRATADA: PADOIN R. SACHS ENGENHEIROS ASSOCIADOS LTDA.; **OBJETO:** prestação de serviços de engenharia, visando à elaboração de projetos estruturais e de fundações para as obras de construção/ampliação abaixo:

	LOCALIDADE	ÁREA A EXECUTAR (m ²)	VALOR R\$
1	Agudo (obra nova)	220,00	4.620,00
2	Camaquã (ampliação)	100,00	2.100,00
3	POA – Restinga (obra nova)	1.200,00	24.000,00
4	Santo Ângelo (ampliação)	241,32	5.067,72

VALOR TOTAL: R\$ 35.787,72; **VIGÊNCIA:** 12 meses; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 1764, Natureza da Despesa /Rubrica 4.4.90.51/5102; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal n.º 8.666/93 e Lei Estadual n.º 11.389/99.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 15 de maio de 2013.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

SÚMULA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**PROCESSO N.º 997-09.00/13-2****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/13**

CONTRATADA: COAN INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA; **OBJETO:** impressão de 1.000 (mil) exemplares da cartilha denominada "Otimização da Rede de Fornecimento de Medicamentos". **VALOR TOTAL:** R\$ 6.390,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa /Rubrica 3.3.90.39/3934; **FUNDAMENTO LEGAL:** Provimentos PGJ/RS n.os 40/04, 47/05, 47/06 e 33/08; as Leis Federais n.os 8.666/93 e 10.520/02; Leis Estaduais n.os 11.389/99 e 13.191/09.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 15 de maio de 2013.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 17 de maio de 2013.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1182

SÚMULA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
PROCESSO N.º 3782-09.00/12-4
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 17/13

CONTRATADA: LIBERIUN TECHNOLOGIES SISTEMA DE INFORMAÇÃO LTDA.; **OBJETO:** realização de curso in company “ Django, um framework em Python”, com a finalidade de promover a capacitação de 10 (dez) servidores da Unidade de Aplicativos e Internet; **VALOR TOTAL:** R\$ 12.450,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3935; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais 13.191/09 e 11.389/99, Provimentos PGJ/RS 47/05 e 33/08 e, subsidiariamente, Leis Federais 8.666/93, 10.520/02 e Provimento PGJ/RS 54/02.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 15 de maio de 2013.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
E RATIFICAÇÃO
PROCESSO 1194-09.00/13-6

CONTRATADA: INNOVA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL LTDA. **OBJETO:** realização do curso “Comunicação Interna”, por intermédio da facilitadora, Sra. Mirelle Galvão Beulke, com 22 (vinte e dois) participantes e carga horária de 16 (dezesseis) horas, a ser realizado nos dias 18 e 19 de novembro do corrente ano, na sede do CEAFF – Centro de Estudo e Aperfeiçoamento Funcional; **VALOR TOTAL:** R\$ 3.840,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3935; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 25, inciso II c/c art. 13, inciso VI, da Lei Federal n.º 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 10/05/2013, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos Dr. Daniel Sperb Rubin.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 15 de maio de 2013.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO
DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
PROCESSO N.º 2837-09.00/12-0
CONVITE N.º 31/12

CONTRATADA: P&B ENGENHARIA LTDA.; **OBJETO:** supressão, ao objeto do Contrato – AJDG n.º 158/12, dos itens 5.7, 5.8, 5.9 e 5.10 da Planilha inicialmente contratada, resultando na supressão, ao preço total do ajuste, do valor de R\$ 3.110,88 (três mil cento e dez reais e oitenta e oito centavos); **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 65, inciso I, b, e § 1º, da Lei

Federal n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de abril de 2013.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

APOSTILA
PROCESSO N.º 484-09.00/12-3

O DIRETOR-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, resolve apostilar, com fulcro no § 8º do artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, o Contrato de Prestação de Serviços – AJDG n.º 38/12, celebrado com QUIMITEC QUÍMICA INDUSTRIAL LTDA., vencedora do Pregão Eletrônico n.º 09/12, que tem por objeto a prestação de serviços de tratamento químico da água utilizada nos sistemas de climatização do edifício sede do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, para registrar o reajuste do preço do ajuste, a contar de 30 de abril de 2013, com base na variação do IGP-M/FGV nos últimos 12 (doze) meses, de 7,30%, passando a R\$ 946,38 (novecentos e quarenta e seis reais e trinta e oito centavos) mensais, em atenção ao disposto no item 3.6 da cláusula terceira e cláusula sétima do instrumento contratual.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 15 de maio de 2013.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

(Pregão Eletrônico n.º 27/2013) (Processo n.º 001381-09.00/13-2) O Pregoeiro **TORNA PÚBLICO** a suspensão do presente certame, em razão de determinação da autoridade competente. O prosseguimento desta licitação será oportunamente divulgado, na forma da Lei.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 16 de maio de 2013.

LUÍS ANTÔNIO BENITES MICHEL,
Pregoeiro.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM N.º 030/2013

O COORDENADOR DO CENTRO OPERACIONAL CÍVEL E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n.º 23 do Conselho Nacional do Ministé-



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 17 de maio de 2013.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1182

rio Público, que no Ministério Público do Rio Grande do Sul, foram instaurados os seguintes Inquéritos Cíveis:

1) Inquérito Civil, nº 00882.00060/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Bruno Pereira Pereira, da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula, com a finalidade de apurar a acessibilidade no Município de Cambará do Sul e São Francisco de Paula.

2) Peça de Informação, nº 00763.00011/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano Vaccaro, da Promotoria de Justiça Cível de Erechim, com a finalidade de investigar eventuais ilícitos de improbidade administrativa e eventual direcionamento da licitação Tomada de Preços n.º 08/2013 do Município de Aratiba.

3) Inquérito Civil, nº 00918.00007/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano Alessandro Winck Gallicchio, da Promotoria de Justiça de Trinco, com a finalidade de apurar a prática, por parte do ex-prefeito municipal de ato de improbidade administrativa.

4) Inquérito Civil, nº 00945.00072/2006, instaurado pela Promotora de Justiça Daniela Pires Schwab, da Promotoria de Justiça de Rodeio Bonito, com a finalidade de esclarecer possível prática de ato de improbidade administrativa, ocorrida no Município de Jaboticaba/RS, por parte de alguns dos representantes do Legislativo Municipal.

5) Peça de Informação, nº 00860.00003/2012, instaurado pela Promotora de Justiça Anamaria Thomaz, da Promotoria de Justiça de Santa Bárbara do Sul, com a finalidade de apurar possível ato de improbidade administrativa consistente no uso de veículos da administração pública para fins particulares por servidora municipal, em município.

6) Inquérito Civil, nº 00931.00081/2012, instaurado pela Promotora de Justiça Gisele Moretto, da Promotoria de Justiça Cível de Viamão, com a finalidade de apurar eventuais falhas no sistema instituído pelo Hospital de Viamão, bem como, para apurar eventual lesão aos direitos do cidadão.

7) Inquérito Civil, nº 00824.00025/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Jaime Nudilemon Chatkin, da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas, com a finalidade de investigar sobre conluio entre concorrentes das cartas convite nº 13/12 e 18/12 e legalidade do aditivo ao contrato da carta 13/12, em município.

8) Inquérito Civil, nº 00737.00016/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Vera Regina Melatte Corino, da Promotoria de Justiça de Canela, com a finalidade de investigar improbidade administrativa consistente na contratação de empresas de vigilância não possuidoras de alvará do Grupamento de Supervisão de Vigilância e Guardas da Brigada Militar (GSVG), em município.

9) Inquérito Civil, nº 00950.00007/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Lúcio Flávio Pretto, da Promotoria de Justiça de Charqueadas, com a finalidade de investigar ato de improbidade em procedimento de adoção de área pública, devido a desvio de finalidade e violação dos princípios da moralidade e impessoalidade, em município.

10) Inquérito Civil, nº 01175.00005/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Especializado Thomás Henrique de Paola

Colletto, da Promotoria de Justiça Especializada de Montenegro, com a finalidade de apurar suposta acumulação indevida de cargos públicos, com descumprimento da carga horária, em município.

11) Inquérito Civil, nº 00918.00012/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano Alessandro Winck Gallicchio, da Promotoria de Justiça de Trinco, com a finalidade de apurar a prática de ato de improbidade administrativa pela dispensa indevida de licitação para a contratação pelo município de Triunfo de empresa.

12) Inquérito Civil, nº 00903.00005/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Bárbara da Costa Lange, da Promotoria de Justiça Especializada de Sapucaia do Sul, com a finalidade de apurar irregularidade decorrente da falta de sistema de prevenção de incêndio em Fundação.

13) Inquérito Civil, nº 00723.00016/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Alécio Silveira Nogueira, da Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves, com a finalidade de apurar eventuais irregularidades em procedimento licitatório para a aquisição de materiais de limpeza e afins para escola municipal.

14) Inquérito Civil, nº 00772.00043/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Claudio Estivallet Junior, da Promotoria de Justiça de Faxinal do Soturno, com a finalidade de investigar possíveis possível irregularidade nas contas do consórcio de desenvolvimento sustentável da quarta colônia – CONDESUS, no exercício de 2007.

15) Inquérito Civil, nº 01203.00029/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Lucio da Cunha Rockenbach, da Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre – Combate aos crimes licitatórios, com a finalidade de verificar a preservação dos princípios inerentes à administração pública em relação ao MTG – Movimento Tradicionalista Gaúcho-, para a realização do Acampamento Farroupilha e a subcontratação de empresa para exploração econômica do espaço.

16) Inquérito Civil, nº 00779.00001/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Manoel Figueiredo Antunes, da Promotoria de Justiça de São Vicente do Sul, com a finalidade de apurar atos de improbidade administrativa decorrente da entrega das residências do Programa Minha Casa Minha Vida sem os mínimos aparelhamentos urbanos necessários, em município.

17) Inquérito Civil, nº 00912.00010/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Melissa Marchi Juchen, da Promotoria de Justiça de Taquari, com a finalidade de investigar denúncia de superfaturamento e nepotismo em município.

18) Inquérito Civil, nº 00918.00014/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano Alessandro Winck Gallicchio, da Promotoria de Justiça de Triunfo, com a finalidade de investigar ato de improbidade administrativa consistente em descumprir decisão judicial exarada em reclamatória trabalhista, em afronta aos princípios da administração pública.

19) Inquérito Civil, nº 00918.00013/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano Alessandro Winck Gallicchio, da Promotoria de Justiça de Triunfo, com a finalidade de investigar improbidade administrativa, consistente em violar os princípios da administração pública, em município.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 17 de maio de 2013.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1182

20) Inquérito Civil, nº 00803.00002/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Neidemar José Fachineto, da Promotoria de Justiça Cível de Lajeado, com a finalidade de investigar a existência de dispensa ilegal de licitação que resultou na contratação de empresa pelo município para realização dos serviços de coleta de lixo e demais serviços de limpeza urbana.

21) Inquérito Civil, nº 00948.00005/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Evandro Lobato Kaltbach, da Promotoria de Justiça de São Marcos, com a finalidade de investigar a municipalização e sinalização da VRS 815.

22) Inquérito Civil, nº 00783.00035/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Martini, da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí, com a finalidade de investigar eventual ato de improbidade administrativa pelo uso de telefone funcional de município em proveito particular.

23) Inquérito Civil, nº 01203.00009/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Maria Lúcia Kurtz Amantino Rodrigues da Silva Algarve, da Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre – Combate aos crimes licitatórios, com a finalidade de investigar possíveis irregularidades na contratação de Laboratórios de Análises Clínicas particulares pela Prefeitura Municipal e pela Secretaria Municipal de Saúde.

24) Inquérito Civil, nº 00935.00019/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Rochelle Jelinek, da Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada, com a finalidade de apurar eventual fraude em licitação e na execução do serviço de Internet Wi-Fi, em município.

25) Inquérito Civil, nº 00760.00010/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Karina Mariotti, da Promotoria de Justiça de Encantado, com a finalidade de apurar falta de adaptação das instalações do centro de referência de assistência social de município ao atendimento das pessoas idosas e com deficiência.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de maio de 2013.

TÊMIS LIMBERGER,

Coordenadora Substituta do Centro Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público.

De acordo.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

Súmula do Primeiro Aditivo ao Termo de Cooperação

Técnica n.º 47/2011

PR.00020.00081/2011-1

Signatários: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e Município de Cachoeirinha. **Objeto:** Prorrogação da vigência do ajuste original, que tem como objeto a colaboração recíproca na execução do Projeto RESsanaer. **Prazo de vigência:** 06 (seis) meses, a contar de 17-12-2012. **Repasse**

e contrapartida: Não envolve transferência de recursos financeiros.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 16 de maio de 2013.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

Súmula do Termo de Cooperação

NT.00861.00008/2013

Signatários: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e Município de Passo do Sobrado. **Objeto:** Receber e emitir correspondências oficiais por meio eletrônico (e-mail) entre os partícipes. **Prazo de vigência:** Prazo indeterminado, a contar de 27-03-2013. **Repasse e contrapartida:** Não envolve transferência de recursos financeiros.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 16 de maio de 2013.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

Súmula do Termo de Cooperação

NT.00861.00008/2013

Signatários: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e Município de Santa Cruz do Sul. **Objeto:** Receber e emitir correspondências oficiais por meio eletrônico (e-mail) entre os partícipes. **Prazo de vigência:** Prazo indeterminado, a contar de 27-03-2013. **Repasse e contrapartida:** Não envolve transferência de recursos financeiros.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 16 de maio de 2013.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

Súmula do Termo de Cooperação

NT.00861.00008/2013

Signatários: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e Município de Sinimbu. **Objeto:** Receber e emitir correspondências oficiais por meio eletrônico (e-mail) entre os partícipes. **Prazo de vigência:** Prazo indeterminado, a contar de 27-03-2013. **Repasse e contrapartida:** Não envolve transferência de recursos financeiros.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 16 de maio de 2013.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 17 de maio de 2013.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1182

Súmula do Termo de Cooperação
NT.00861.00008/2013

Signatários: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e Município de Gramado Xavier. **Objeto:** Receber e emitir correspondências oficiais por meio eletrônico (e-mail) entre os partícipes. **Prazo de vigência:** Prazo indeterminado, a contar de 12-04-2013.

Repasse e contrapartida: Não envolve transferência de recursos financeiros.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 16 de maio de 2013.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

EDITAL

FAÇO PÚBLICO, CUMPRINDO DETERMINAÇÃO DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, em conformidade com o que dispõe o artigo 15, § 2º, combinado com o artigo 62, ambos da Lei n.º 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, e o Provimento n.º 08/2002, publicado no Diário Oficial da Justiça de 19 de fevereiro de 2002, que se encontra vago o cargo abaixo elencado, na forma de provimento e critério relacionados:

EDITAL	FORMA DE PROVIMENTO	CRITÉRIO	CARGO
61/2013	Remoção	Antiguidade	Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Criminal de Santiago, de entrância intermediária.

OS PROMOTORES DE JUSTIÇA interessados têm o prazo de 10 (dez) dias, computados na forma do artigo 3º, § 1º, do Provimento n.º 33/2008, para manifestarem interesse na habilitação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de maio de 2013.

MARÍLIA COHEN GOLDMAN,

Promotora-Assessora.